

# Dos discursos em torno da língua: saber/poder e jogos/vontade de verdade

## Of discourses around the language: knowledge/ power and wish of truth

---

José Marcos de França\*

**RESUMO:** Neste artigo, temos por objetivo discutir sob os aportes da AD francesa os discursos constitutivos em torno da língua materna da Gramática Normativa e da Linguística como relações de saber/poder envolvidos em jogos de verdade que buscam se firmar na ordem do discurso, ora se contrapondo ora se imbricando. Nesse sentido, tomamos como *corpus* de análise gramáticas normativas e textos representativos do discurso linguístico, como a gramática descritiva e manuais didáticos de linguística. No entanto, em determinado momento histórico a gramática busca fundamentar o seu dizer com o respaldo da ciência para lhe conferir um saber/poder sobre a língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua. Saber/Poder. Jogos/Vontade de Verdade.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss on the contributions of AD French discourses constituting around the language of normative grammar and linguistics as relations of power / knowledge involved in games of truth seeking to establish itself in the order of discourse, sometimes in opposition now overlap. In this sense, we take as normative corpus analysis grammars and texts representative of the discourse language, like grammar and descriptive linguistics textbooks. However, at a given historical grammar search substantiate their say with the backing of science to give it a power / knowledge about language.

**KEY WORDS:** Language. Knowledge/Power. Games/Wish of Truth.

---

\* Doutor em Linguística (2011) pela UFPB, na área de concentração Linguística e Práticas Sociais (Análise do Discurso). Professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Aracaju e da Rede Estadual de Sergipe. E-mail: santanadefranca@yahoo.com.br

## Introdução

Partindo do princípio de que a linguagem não é clara, muito pelo contrário, é opaca e constituída de “tramas”, é que nos debruçamos sobre textos constitutivos da Gramática Normativa (GN) e da Linguística com o objetivo de analisar os discursos que subjazem a esses textos e o que esses discursos podem nos revelar. Trabalhando com as categorias saber/poder e jogos/vontade de verdade, faremos o contraponto entre os dois discursos constitutivos, procurando mostrar os confrontos e os pontos de vista.

Dois discursos, duas vontades de verdade que ora se opõem, ora se imbricam. Entre o discurso da GN e o discurso da Linguística podem-se perceber pontos de vista que divergem, mas que também convergem em determinados pontos. O discurso da Linguística, quando trata do ensino de língua materna, se constrói em contraponto à GN. Esse se constrói sob o rótulo de um discurso científico, sob a chancela das ciências da linguagem, enquanto que o discurso da GN, argumentam os autores-linguistas<sup>1</sup>, estaria baseado em julgo de valor social e preso a uma suposta tradição, que estes alegam se encontrar deturpada em sua essência. Os critérios de estabelecimento da norma padrão não seguem critérios científicos. Uma das severas críticas do discurso linguístico em relação ao discurso da GN é que esta apresenta várias lacunas, imprecisões, deturpações e, principalmente, gera um preconceito linguístico excludente entre os falantes de língua materna.

Para a análise, escolhemos como *corpus* algumas gramáticas normativas, uma gramática descritiva e alguns manuais de linguística e focamos os textos das apresentações de cada obra. A escolha desses textos se deu pelo fato de ser um momento em que os autores se subjetivam em relação a sua obra ao exporem seu posicionamento em relação à abordagem adotada sobre a concepção de língua, gramática e o conteúdo.

---

<sup>1</sup> Entre eles, podemos citar alguns: Britto (2004), Bagno (2003, 2004 e outros), Perini (2005), para ficar só nestes.

Nosso trabalho, num primeiro momento, discute os contrapontos entre os dois discursos; em seguida, discute a posição dos sujeitos-autores na formação social e os imbricamentos de seus respectivos discursos; e por fim, a função social da norma.

### **Dois discursos, uma língua: contrapontos**

No contraponto, discutimos como o discurso da Linguística propõe tal abordagem com o seu discurso de ciência da linguagem, portanto, de “verdade” científica e institucional acadêmica. Ambos estão na ordem do discurso e, segundo Revel (2005, p. 37), a “ordem do discurso própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio de saberes, de estratégias e práticas.”

Para estar na ordem do discurso é preciso estar em acordo com os mecanismos normativos e reguladores do funcionamento desses discursos que a sociedade de discurso impõe. Esses mecanismos são discutidos por Foucault (2005) em *A Ordem do Discurso*, no qual o autor mostra que nem todo discurso pode ser proferido nessa sociedade, a não ser que ele passe pelo crivo dos mecanismos de controle e dos mecanismos institucionais e entre esses mecanismos está o autor.<sup>2</sup>

Aqui defendemos que a GN é um mecanismo de controle do uso da língua na sociedade. Queremos dizer que ela funciona de forma similar aos mecanismos de controle dos discursos na sociedade de discurso. Ela teria o papel de normatizar, regular e disciplinarizar esse uso, determinar o que seria permitido ou não no uso padrão dessa língua. Sob a ótica foucaultiana essa normatização não é nociva, pelo contrário, é até necessário para o bom andamento da sociedade.

---

<sup>2</sup> Aqui nos restringimos ao autor porque é o que mais diretamente nos interessa para os fins deste trabalho.

Contudo, essa normatização que busca estabelecer uma norma padrão está eivada de um preconceito linguístico que discrimina as variedades linguísticas que não são padrão. Esse preconceito é absorvido por aqueles que fazem uso desse discurso como prática de ensino. E é aí que entra o discurso pedagógico sobre a língua: a institucionalização escolar do ensino da língua materna, com todas as implicações sócio-político-ideológicas que isso acarreta. É preciso dizer, porém, que o problema real não está na gramática tradicional (GT) em si, mas no uso que se faz dela, o que não nos impossibilita de mostrar o “preconceito linguístico-social” apresentado em suas páginas.

São questões como essas que discutimos neste artigo. Além disso, procuramos mostrar que no discurso da Linguística, na verdade, há uma proposta de trocar uma “verdade” por outra, ou seja, a “verdade” da GN é apontada pelo discurso linguístico como não sendo satisfatória para o momento sócio-histórico atual e, em contra partida, oferece uma outra “verdade” advinda da ciência, portanto, de caráter científico. A gramática resultante desse estudo científico e “neutro” sobre a língua seria a gramática descritiva (GD), assim definida por Travaglia (2003, p. 32):

é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.

De acordo com a definição acima, não é papel da GD prescrever o uso dessa ou daquela forma linguística, tomada como padrão e de bom uso, em oposição a formas consideradas não-padrão. Porém, Franchi (2006) faz a seguinte advertência sobre essa suposta “neutralidade” e a cientificidade dessa gramática: “A gramática descritiva parece mais neutra, mais científica que a normativa. Mas as coisas não são necessariamente assim. O ponto de vista normativo pode introduzir-se, sorrateiramente, na gramática descritiva pelo menos de dois modos” (FRANCHI, 2006, p. 22).

Para ele, a gramática descritiva em algum momento vai se deixar contaminar pela normativa à medida que for se posicionando sobre as formas linguísticas que devem ou não devem ser consideradas gramaticais e aceitáveis na língua, assim como pode usar critérios sociais para essa inclusão, o que não a diferenciaria da normativa. O autor, sobre isso, diz ainda:

[...] embora a gramática descritiva não pressuponha necessariamente a manutenção dos mesmos preconceitos da gramática normativa, o que ocorre habitualmente na prática escolar é que ela os incorpora: a gramática descritiva se transforma em um instrumento para as prescrições da gramática normativa. (FRANCHI, 2006, p. 23).

O ponto destacado pelo autor faz com que o caráter de neutralidade caia, no mínimo, em desconfiança.

### **Gramáticos e linguistas: dois sujeitos, duas vontades de verdade**

Gramáticos e linguistas não se entendem, pelo menos é este o quadro que ora se tem. A razão disso é o fato de que os gramáticos não aceitam de forma pacífica o que se divulga ou é defendido pelos linguistas. Já os linguistas se opõem abertamente à forma tradicional como se efetiva o ensino de língua materna a partir do ensino de GN tão somente, contudo, não se opõem ao ensino da GN, pelo contrário, defende que o ensino desta é necessário. Mas a questão está em torno do como se ensina e o que se ensina em língua materna.

Como já foi salientado no início deste artigo, há uma certa disputa de espaço social entre os sujeitos-autores, gramáticos e linguistas, que os afirmem como legítimos detentores de um saber em torno da língua materna. Se aquele se coloca na posição de defensor da pureza e da tradição da língua materna, este assume o papel de cientista (portanto “neutro” em suas posições) que, sob o respaldo da Ciência da Linguagem, procura dar à matéria um tratamento científico, de caráter não dogmático.

Orlandi (1997), em um texto intitulado “O Estado, a gramática, a autoria”, faz uma análise da importância de ser gramático no século XIX, no

Brasil, e o papel político-ideológico que uma gramática da Língua Portuguesa escrita por autores brasileiros exercia naquele momento histórico, do pós Independência do Brasil e de Proclamação da República. Em vista disso, diz a autora:

Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um *saber* lingüístico que não reflete meramente o *saber* gramatical português. Neste momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe (E. ORLANDI, 1996). *A gramática, dessa perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade.* (ORLANDI, 1997, p. 5).

Das palavras acima, podemos retirar dois aspectos importantes para nossa discussão: a questão da autoria e a relação com o saber e o papel assumido pela GN e pelo autor-gramático no contexto sócio-político-ideológico. Esse papel institucional exercido pela GN/GT perdura até hoje como herança daquele momento que se pretendia firmar, do ponto de vista político, como uma instituição que resguardaria a pureza e a vernaculidade da língua nacional. Ao autor-gramático, caberia e ainda cabe o papel precípuo de fazer este trabalho: dizer como o falante brasileiro “fala” legitimado na/pela gramática, pois ela “é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade”, portanto, ela é o saber lingüístico institucionalizado, política e socialmente, da língua nacional e oficial representada pelo estabelecimento de uma norma culta. Esse comprometimento da gramática com o político ainda é flagrante, como podemos vislumbrar no trecho a seguir:

(7) A **norma culta**, forma lingüística que todo povo civilizado possui, é a que assegura a unidade da língua nacional. É justamente em nome dessa unidade, tão importante do ponto de vista político-cultural, que é ensinada nas escolas e difundida nas gramáticas. (SACCONI, 1994, p. 8).

O que Orlandi (1997) aponta como sendo uma característica marcante das gramáticas do século XIX, é possível perceber em textos atuais como o acima, em que o SAG retoma em seu discurso um já-dito, retomado da

memória discursiva sobre os jogos de verdade em torno da língua advindo da tradição normativo-gramatical, reafirmando o caráter de pouca mutabilidade em relação às “verdades” sobre a língua nacional e a sua função social e o seu papel político-ideológico. Nesse sentido é que a autora afirma:

A unidade do Estado se materializa em várias estâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um *saber* sobre ela e os meios de seu *ensino* (a criação das escolas e seus programas) ocupa uma posição primordial. A *gramática*, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa *unidade* e dessa *identidade* (Língua/Nação/Estado). (ORLANDI, 1997, p. 6).

Diante do que Orlandi expõe no trecho acima, em relação aos gramáticos do século XIX, e do trecho de Sacconi supra citado, podemos perceber que há um diálogo entre eles na medida em que um texto do século XX reafirma os valores linguísticos dos discursos gramaticais do século XIX. Além do aspecto sócio-político já mencionado, a relação com o seu ensino na instituição escolar também é reafirmada no texto de Sacconi. Vejamos nos trechos seguintes que essa mesma finalidade e preocupação em ensinar a língua nacional, tendo como espaço de referência para esse ensino a escola, continuam sendo também dos autores-gramáticos da atualidade:

(8) Esta **Gramática** foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um útil **instrumento didático em mãos de alunos da Escola Média** [...]. (CUNHA, 1984, **Apresentação**).

(9) É nossa opinião que **um livro didático** deva ser prioritariamente **dirigido ao aluno**. Afinal, é ele o fim último e justificativa única de qualquer ação pedagógica. (NICOLA; INFANTE, 1999, **Apresentação**).

Isso é justificável. É papel da GN promover, pois, a unidade linguística do país dentro da diversidade por meio do estabelecimento de uma variedade padrão que atenda ao que se pode chamar de língua nacional. Daí se justifique o porquê de uma proposta de mudança na postura da GN ser tão difícil e causar tanta resistência sócio-político-ideológica, porque isso envolveria não

apenas o linguístico. Essa resistência é o que caracteriza as relações de poder, como vimos, portanto, há em jogo interesses diversos que não se prendem, não se restringem ao linguístico, mas, quiçá, ao político-ideológico a que estão ligados os sujeitos-autores e os jogos de verdade que envolvem a língua materna.

Diz ainda a autora que “ser autor de uma gramática é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 1997, p. 5) e nos parece que é justamente essa “posição de autoridade” que o sujeito-autor-gramático procura manter quando se coloca na posição de defensor da tradição e detentor de um saber linguístico que o torna autoridade sobre a língua materna/nacional. Essa autoridade é que lhe permite estabelecer a norma.

### **A função social da norma: os jogos de verdade**

Nesse ponto é fundamental discutir sobre a finalidade da norma e a sua importância no processo de construção da GN. Porém é preciso lembrar, com Orlandi (1997), que especificamente para o Brasil, como consequência daquele momento histórico pós-independência e pós-república, cada gramático, com o objetivo de se firmar numa “posição de autoridade”, propunha a sua norma e isso vai se dar até segunda metade do século XX, quando se estabelece a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira)<sup>3</sup> por meio de decreto Lei. Nesse sentido é que a autora cita Mattoso Câmara:

Da minha parte tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No século XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se achava obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. (MATTOSO CÂMARA *apud* ORLANDI, 1997, p. 8-9).

---

<sup>3</sup> Entre os membros da Comissão que elaborou a NGB figurava Celso Cunha, que aliás, entre os autores do *corpus* analisado neste trabalho, é o único que declara na sua **Apresentação** está seguindo as orientações da NGB, conforme exposto no enunciado (10).

Essa declaração de Mattoso Câmara nos remete à importância que a NGB adquiriu no processo de normatização da língua portuguesa no Brasil. Os gramáticos passaram a ter um parâmetro terminológico sob o qual passa a estabelecer as normas da língua e coíbe, com isso, o “arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura”, como bem salienta Mattoso Câmara:

Com a NGB (1959) este estado de coisas muda sensivelmente, quando é uma comissão que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia que des-autoriza as variadas posições [...] dos gramáticos do século XIX que traziam para si a responsabilidade de um *saber* sobre a língua. (*apud* ORLANDI, 1997, p. 9).

Essa subordinação à NGB é bem ilustrada na passagem a seguir:

(10) Quanto à terminologia, seguimos a **Nomenclatura Gramatical Brasileira** nos assuntos que ela cuidou, por serem patentes as inúmeras vantagens de uma terminologia unificada para o ensino da língua no 1º e 2º grau. (CUNHA, 1984, **Apresentação**).

Esse dizer o torna assujeitado à ordem do discurso oficial sobre a nomenclatura da língua materna. Contudo, Baldini (1998) ressalta que a referência à NGB nas gramáticas atuais é quase inexistente, embora elas sigam as orientações daquela do início ao fim, o que demonstra, segundo o autor, que “a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido” (BALDINI, 1998, p. 102). Para o autor, esse fato não se apresenta de forma negativa, pelo contrário, ele comenta que é um sinal de que o discurso da NGB já faz parte da memória coletiva. Porém, a implantação da NGB traz outra consequência:

Depois desse deslocamento, a autoria do *saber* sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo *lingüista*. *Saber* como a língua funciona *dá autoridade* ao lingüista para dizer como uma língua é (português no Brasil/português europeu). *A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua*. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista. (ORLANDI, 1997, p. 9).

É por esse viés que pretendemos seguir para discutir a presença da figura do autor-linguista que aparece como, usando as palavras da autora, aquele que “tem o conhecimento científico sobre a língua”. Que detém um saber que o torna apto a assumir a posição anteriormente ocupada pelo gramático, já que, como firma Orlandi, “há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista”, o qual detém um saber científico sobre a língua.

Sob o respaldo do discurso científico é que o linguista se contrapõe ao gramático no sentido de apontar as falhas, os problemas que a GN apresenta, ou seja, novas “verdades” são trazidas à tona à luz da ciência da linguagem. Em (11) e (12) podemos perceber essa insatisfação do linguista com a persistência dos gramáticos em não rever esse estado de coisas, bem como a reivindicação do lugar de direito da ciência no trato com a língua, e que as “verdades” da Linguística sejam aceitas e que se sobreponham sobre as “verdades” da GN/GT.

(11) **A insatisfação com a qualidade das gramáticas vem de longe** e atinge todos os grupos interessados: lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. Depois de décadas apontando os defeitos da tradição gramatical, cobra-se insistentemente dos **pesquisadores** a elaboração de gramáticas mais adequadas. (PERINI, 2004, **Prefácio**, p. 13).

(12) Hoje se faz lingüística de bom nível entre nós; lançam-se as bases para uma descrição coerente, empiricamente adequada, teoricamente sofisticada de todos os aspectos da língua, de seu uso, variação, aquisição, evolução histórica e assim por diante. Descubrem-se coisas novas e reinterpretam-se velhas descobertas, lançando mais luz sobre a nossa língua, sobre a **realidade lingüística** do país e sobre a linguagem em geral. (PERINI, 2004, **Prefácio**, p. 13).

Essa fala encontrada em Perini é reveladora de um sujeito que tem na ciência as bases para a produção de sua obra. Quando ele reivindica a presença dos “pesquisadores” na “elaboração de gramáticas mais adequadas” aos fatos lingüísticos da realidade e que, de fato, tomem os preceitos da ciência da linguagem nesse processo de elaboração, como fica claro em (12), e, assim, se

faça uma gramática não apenas com base em uma tradição, em um modelo idealizado de língua, pressupõe-se a aceitação tácita das “verdades” da ciência pelos gramáticos. Mais adiante, apontando os pontos falhos da tradição gramatical, diz o sujeito-autor:

(13) Enquanto tudo isso acontece, porém, nossos filhos são obrigados a estudar compêndios de gramática onde se considera a homonímia e a polissemia “defeitos da língua”, e não recursos de comunicação; onde se definem funções e classes de maneira totalmente vaga e confusa; onde se fala de um fonema como sendo um “som”; onde se justifica uma análise com base em construções desusadas desde o século XIX; e assim por diante. (PERINI, 2004, **Prefácio**, p. 13-14).

Essa última observação de Perini é corroborada pela passagem (14) em que o sujeito-autor toma os textos de autores do Romantismo, do século XIX, como fazendo parte do que ele considera como “português contemporâneo”, até o século XX.

(14) Procuramos apresentar as características do português contemporâneo em sua modalidade culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX. (CUNHA, 1984, **Apresentação**).

Em (15), o sujeito-autor também diz estar baseado nos preceitos da “lingüística moderna” para tratar da estrutura da Língua Portuguesa:

(15) Ocorreu-nos à mente, como curso inicial, a Estrutura Morfo-Sintática do Português, à luz da **lingüística moderna**. (MACAMBIRA, 1999, **Introdução**).

Em todos os trechos é possível perceber a necessidade de os sujeitos-autores amarrarem os seus discursos a um saber e a uma verdade sobre a língua atrelados à ciência. Com isso, os jogos de verdade em torno da língua, que se sustentam nos aportes da ciência, buscam se sobrepôr aos que se baseiam na tradição normativo-gramatical. Essa mesma posição é encontrada

em (16), quando o sujeito-autor diz que uma gramática tem que ser construída com base em uma teoria (algo que também se encontra em (12)) que descreva os fatos da língua:

(16) Ao estudarmos uma língua com o objetivo de explicitar sua **gramática** na segunda acepção acima [descrição formal da língua], baseamo-nos necessariamente em um **modelo teórico**, o qual constitui, na verdade, uma **hipótese** sobre como essa língua se organiza estruturalmente para tornar possíveis a expressão e a compreensão de sentidos. (AZEREDO, 2004, **Apresentação**, p. 11).

Ora, esse “modelo teórico” de que fala o autor só pode resultar de estudos e pesquisas sobre a língua. Guimarães (1997, p. 7), em “História da Gramática no Brasil e Ensino”, trata de “como funcionam as ciências da linguagem como parte do corpo social em que se formula” aplicando essa análise ao estudo da história da gramática e do ensino de língua portuguesa no Brasil. Nesse texto o autor procura demonstrar como os estudos linguísticos de caráter científico tomam corpo e importância a ponto de ele asseverar que

[...] a Língua, a ciência e a Política estabelecem entre si relações profundas e definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. Ao mesmo tempo em que a lingüística vai-se constituindo como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e as políticas gerais de um país manifestam essa interrelação, de que a forma mais visível é a formulação específica das políticas lingüísticas. (GUIMARÃES; ORLANDI *apud* GUIMARÃES, 1997, p. 10).

Essa assertiva de Guimarães corrobora a relação já apontada anteriormente entre língua e política e a relação do Estado com a ciência. Essa relação é apontada por Foucault (2007) como sendo uma relação de saber/poder, já que saber e poder estão diretamente ligados e o saber institucionalizado é que institui a verdade e essa “verdade” está centrada no discurso científico o que lhe confere um determinado poder. Com isso queremos dizer que há uma nova política linguística, cujo saber sobre a língua passa a ser dos linguistas porque as verdades estabelecidas por eles têm o peso do discurso da ciência.

Essa nova verdade que o momento histórico-ideológico proporciona, com certeza, irá afetar os SAG, tendo em vista que, como disse Orlandi (1997), em citação acima, o gramático passa a necessitar da caução do linguista.

### **Considerações finais**

Partimos da hipótese de que os discursos da tradição normativo-gramatical Gramática Normativa (GN) e da Linguística, que se mostram em constantes atritos quando do posicionamento de seus respectivos sujeitos-autores, por assumirem diferentes posições na forma como abordam a língua materna, na verdade, se revelaram mais afins do que se possa parecer.

Os SAG querem se mostrar fora do arquivo da tradição normativo-gramatical. Eles estão envolvidos em jogos de verdade, que ora os põem assujeitados à ordem do discurso da tradição gramatical, ora os levam a se aproximar da ordem do discurso da ciência da linguagem, dos novos paradigmas que ela suscita em torno da língua a partir de estudos e pesquisas e nesse passo eles se mostram paradoxais e se contradizem, pois os seus discursos revelam sujeitos que não conseguem se definir e por isso se veem entre a formação discursiva da tradição normativo-gramatical e da Linguística. Em vista disso, se colocam como SAG "contemporâneos", procuram se mostrar mais pedagógicos e menos "normativos" (no sentido de se mostrarem mais próximos da ciência e distantes da tradição normativo-gramatical) e se apresentarem como "gramáticos-linguistas".

### **Referências**

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BALDINI, Lauro. Crônicas e controvérsias: a NGB e a autoria no discurso gramatical. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. jan./jun. v. 1. Campinas: Pontes, 1998, p. 97-106.

CUNHA, Celso F. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

FOUCAULT, Michel. Poder e verdade. In: *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007, p. 1-14.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

GUIMARÃES, E. História da gramática no Brasil e ensino. In: *Relatos*, n. 5, outubro, 1997, p. 7-13

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

NICOLA, José.; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

ORLANDI, Eni P. O Estado, a gramática, a autoria. In: *Relatos*. nº 4, jun., 1997. p. 5-12

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SACCONI, Luiz A. *Nossa gramática: teoria e prática*. 20. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

Enviado em abril de 2011.

Aceito em outubro de 2011.